

# EDITORIAL

Neste primeiro número da Revista Ambiente & Sociedade de 2012, apresentamos 11 artigos que certamente contribuem para ampliar as reflexões e discussões sobre a temática socioambiental. No ano da Conferência Rio +20 trazemos aos leitores assuntos de grande relevância, não apenas para auxiliar no processo de compreensão, mas, da mesma maneira, para caminhar em direção ao enfrentamento dos inúmeros problemas socioambientais da atualidade. A Conferência Rio+20 mobiliza a comunidade global em 2012 para participar de um desafiador debate sobre a realidade ambiental global. Esta Conferência ocorre num contexto marcado por um aumento das incertezas relacionadas com o presente quadro de degradação ambiental e da necessidade de buscar, por meio de inovações tecnológicas e de novas formas de cooperação, mudanças que se fazem absolutamente estratégicas para a governança global.

Um dos temas estruturantes desta reunião é a transição para uma economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Esta está sustentada em três pilares: pouca intensidade em carbono; eficiência no uso de recursos naturais; e inclusão social. A temática é recente e a palavra-chave transição abre espaço para um debate sobre os padrões de produção e consumo e a necessidade de rever o modelo de desenvolvimento ainda prevalente. Por outro lado, também se coloca a urgência de avançar numa meta permanentemente prometida, mas não realizada: a erradicação da pobreza e das desigualdades recorrentemente explicitadas a partir da definição das Metas do Milênio.

O tema da Governança Ambiental Global é também um dos carros chefes do debate, na Rio+20, no intuito de promover e acelerar a transição rumo a sociedades sustentáveis, considerando aspectos econômicos, sociais e ambientais, e sua interação. O fortalecimento da governança ambiental pode ter muitas estratégias (institucionais ou não), como as arenas de negociação, as práticas educativas e a participação da sociedade civil, ferramentas para contribuir para o processo de construção de tomada de decisão compartilhada, e coloca a questão sobre como se dará a arquitetura do sistema de gestão internacional do meio ambiente.

Nesse contexto, dentre os temas abordados neste número da Ambiente & Sociedade estão: conflitos socioambientais; gestão e governança ambiental; participação e políticas públicas; impactos de fatores ambientais; saúde, saneamento e aspectos culturais; sustentabilidade, empreendimentos comerciais e turísticos e seus impactos socioambientais; legislação e áreas protegidas; vulnerabilidade social e programas de intervenção; comunicação ambiental e interesses corporativos.

Além da multiplicidade de temas, os artigos que compõem este número descrevem métodos quantitativos e qualitativos, e a utilização e combinação de diferentes instrumentos de pesquisa, tanto de natureza dialética como não dialética, o que consideramos fundamental diante da complexidade das questões que emergem da sociedade contemporânea.

O primeiro artigo, de autoria de Michelle Jaber da Silva e Michèle Tomoko Sato, “*Territórios em tensão: o mapeamento dos conflitos socioambientais do estado de Mato Grosso – Brasil*”, apresenta e discute o mapeamento de 194 localidades no estado do Mato Grosso, quanto aos conflitos socioambientais existentes, seus embates e resistências na defesa do ambiente e das culturas locais.

O artigo “*Alterações climáticas, sociais e políticas em Portugal: processos de governança num litoral em risco*”, de Luísa Schmidt, Filipe Duarte Santos, Pedro Prista, Tiago Saraiva e Carla Gomes, analisa a fragilidade física, social e política de três zonas instáveis do litoral português, as quais, apesar de apresentarem processos diferenciados de ocupação e erosão, compartilham pressões urbanas com forte motivação turística. Neste contexto o artigo propõe uma reflexão sobre a necessidade de novos modelos institucionais de governança e de gestão costeira sustentáveis.

Fabiano Morelli, Maryangela Geimba de Lima e Wilson Cabral de Sousa Júnior, no artigo “*Influência do ambiente natural sobre o ambiente construído: um estudo sobre o índice de chuva dirigida*”, apresentam resultados obtidos no período de 2000 a 2010 sobre o impacto de fatores ambientais (chuva e vento) nas edificações, no sentido de subsidiar adaptações de normas técnicas para aumentar a vida útil destas.

O quarto artigo deste número, intitulado “*Participação em políticas públicas para conservação de matas ciliares no Estado de São Paulo*”, de Maria Castellano e Marcos Sorrentino, analisa a implementação e resultados do Projeto de Recuperação de Matas Ciliares (PRMC), conduzido pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA-SP), visando contribuir para diálogos sobre políticas públicas voltadas à conservação e restauração de matas ciliares no estado, no âmbito da participação social. Dentre os principais fatores limitantes do sucesso do projeto os autores destacam dificuldades de integração intra e inter institucional e a falta de priorização da participação, mobilização social e educação ambiental.

Em “*Desenvolvimento sustentável: análise das relações interorganizacionais na indústria de celulose e papel*”, os autores Fábio Lotti Oliva, Maria Cecília Sobral, Hélio Janny Teixeira, Celso Cláudio de Hildebrand e Grisi e Martinho Isnard Ribeiro de Almeida, com base em resultados obtidos por meio de uma pesquisa-ação, procuram mostrar uma perspectiva mais analítica para o estudo das relações entre os agentes públicos e privados envolvidos em atividades econômicas e, neste caso em particular, da indústria de celulose e papel da Região do Alto Tietê, na busca do desenvolvimento sustentável.

No artigo “*Acesso à água para consumo humano e aspectos de saúde pública na Amazônia Legal*”, de autoria de Leandro Luiz Giatti e Silvana Audrá Cutolo, são discutidos desafios para o atendimento das necessidades humanas por água na Amazônia Brasileira, a partir da análise de macroindicadores e de estudos de casos, considerando-se aspectos de infraestrutura, como a precária cobertura do saneamento básico na

região, e as dinâmicas socioculturais locais, contribuindo para uma análise sistêmica da problemática.

Henrique Machado Dias, Mario Luiz Gomes Soares e Elza Neffa abordam no artigo “*Conflitos socioambientais: o caso da carcinicultura no complexo estuarino Caravelas – Nova Viçosa/Bahia-Brasil*” a relevância e possibilidades de uma gestão socioambiental sustentável. Os autores chamam a atenção para a carência de políticas públicas que ordenem financiamentos de projetos relacionados à produção do camarão no país, o que, conseqüentemente, têm contribuído para a implantação de empreendimentos de grande impacto ambiental e para a perpetuação de modelos predatórios geradores de conflitos socioambientais.

O artigo “*Determinantes da decisão de manter áreas protegidas em terras privadas: o caso das Reservas Legais do Estado de São Paulo*”, de Emilena Muzolon Marques e Victor Eduardo Lima Ranieri explora a correlação entre variáveis econômicas e a proporção de áreas protegidas instituídas em terras privadas nos municípios do estado de São Paulo. São apresentados e discutidos argumentos que vêm sendo utilizados para justificar o descumprimento e embasar alterações às regras de proteção ambiental vigentes, os quais, segundo os autores, não se sustentam.

Em “*Desafios ambientais e estratégias para condução da investigação e programas de intervenção social*”, de Andreilcy Alvino-Borba, Abel Mata-Lima e Herlander Mata-Lima, são discutidos desafios para o enfrentamento da vulnerabilidade social e sugeridos para tal o uso combinado de métodos qualitativos e quantitativos na implementação de programas de intervenção sustentáveis, além da relevância da abordagem holística e integração das dimensões social, ambiental e econômica.

Antônio Ribeiro de Almeida Júnior e Helena Lemos dos Reis Magalhães Gomes, no artigo “*Gestão ambiental e interesses corporativos: imagem ambiental ou novas relações com o ambiente?*”, questionam o novo sistema de comunicação ambiental, com base em uma revisão da literatura sobre o assunto e análise qualitativa de publicidades brasileiras com foco na temática ambiental. Os autores argumentam sobre a existência de possíveis articulações entre o setor corporativo e ONGs ambientalistas, empresas de certificação ambiental e instituições que promovem premiações.

O último artigo, de autoria de Cristiana Losekann, intitulado “*Participação da Sociedade Civil na Política Ambiental do Governo Lula*”, analisa formas de participação de organizações civis na política ambiental durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2008, considerando aspectos da efetividade da participação e da democratização dos debates acerca do meio ambiente. A autora conclui sobre a existência de uma sociedade civil altamente organizada e que utiliza múltiplos mecanismos de participação visando um alcance maior para a sua efetividade.

Trazemos ainda neste número uma seção especial a qual estamos chamando de *Contribuição ao Debate*, com um texto de Jose Goldemberg e Patricia Guardabassi, intitulado “*Climate change and 'historical responsibilities'*”.

Lembramos que em 2012 Ambiente & Sociedade publicará três números, e está previsto para o último deles o lançamento de um **Dossiê** sobre “**Desenvolvimento, economia e ambiente**”, tendo em vista os desafios mencionados no início deste editorial

referentes à Rio + 20 sobre as relações entre estes três relevantes temas. Assim, convidamos os interessados a enviar artigos, conforme as normas indicadas pela revista nas diretrizes para autores. A data final de recebimento destes é 15 de agosto de 2012. Todos os artigos serão previamente avaliados pela equipe editorial, e se aprovados seguirão para o processo de avaliação por pares.

Desejamos a todos uma ótima leitura.

Equipe editorial